

Amazônia Ocidental: geoestratégia, defesa e desenvolvimento

Eric Monios*

Introdução

Em sua porção mais ocidental, assinalada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, a Amazônia engloba centenas de quilômetros de selvas nativas, com abundância de água e áreas com diversas possibilidades de exploração econômica, desperta interesse em múltiplos segmentos de pesquisas, notadamente a industrial.

Atualmente, a Amazônia Ocidental é uma porção atrativa para a economia mundial. Se-

gundo publicação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços tem-se que:

Muitas espécies dessa região já são conhecidas no mundo, como a borracha natural, a castanha, o guaraná, o açaí e o cupuaçu. Outras espécies, destinadas principalmente ao uso alimentício e medicinal e para produção de combustíveis, estão em fase de desenvolvimento. Os recursos minerais também são abundantes na região e estão representados por grandes reservas de óleo e gás de petróleo; cassiterita; calcário; silvinita; caulim; argila; nióbio; tântalo; e agregados para construção civil (brita, areia e granito, entre outros) – (Brasil, 2017).

AMAZÔNIA OCIDENTAL DL 356/68

Parágrafo 1º do Decreto-Lei nº 356, de 15/08/1968:

"A Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas e Acre e os Territórios Federais de Rondônia e Roraima", consante o estabelecido no parágrafo 4º, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967".

* A Lei Complementar nº 41, de 22.12.81 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/1988, art. 14, transformam os territórios Federais de Rondônia e Roraima em Estados Federados.



Figura 1 – Delimitação geográfica da Amazônia Ocidental
Fonte: Brasil, 2022

* Ten Cel Eng (AMAN/2001, EsAO/2010, ECEME/2019). Atualmente, é instrutor da ECEME.

Em vista disso, o presente artigo tem por objetivo apresentar aspectos de importância para o Brasil referentes à estratégia de ocupação da Amazônia Ocidental, levando-se em consideração a lógica de defesa do colonizador português e o pensamento geoestratégico que justifica a ocupação do espaço amazônico mais a oeste do território nacional. Para tanto, busca responder à seguinte pergunta: quais as condicionantes para a presença sustentável na Amazônia Ocidental?

Em função da pesquisa dos problemas amazônicos, optou-se por uma análise interpretativa da documentação disponível, cujas principais fontes recaem sobre bibliografia militar, revistas, livros e monografias. Também foram consultadas produções acadêmicas que tratam das relações entre o passado colonial e o pensamento estratégico dos militares no Brasil.

Ademais, foram verificados documentos de Estado, como a PND e END, assim como os arquivos eletrônicos acessíveis na internet referentes aos assuntos afetos à defesa no Brasil.

Este artigo será dividido em três seções. Em primeiro lugar, considerar-se-á o passado da defesa na região amazônica, situando o leitor sobre em quais fundamentos o Exército Brasileiro desenvolve sua estratégia para a preservação da integridade nacional sobre a floresta tropical.

Feito isso, será apresentado um breve sumário da ocupação da Amazônia Ocidental e, por fim, o que é o ponto central da apresentação, pretende-se justificar a importância de uma estratégia baseada na presença, para a manutenção da soberania da Amazônia Ocidental, sob a perspectiva da geopolítica.

A seguir, este trabalho almeja contribuir com a Força Terrestre como um produto para a motivação ao planejamento geoestratégico a ser implementado na Amazônia Ocidental, que propicie aumento da sensação de segurança na região e consequente desenvolvimento econômico e social local, além da possibilidade de incentivar outros estudos acadêmicos na mesma linha de pesquisa.

Os fundamentos históricos de manutenção da posse da Amazônia

Investiga-se, aqui, as relações entre a história da defesa portuguesa da Amazônia Ocidental, em razão das investidas de potências estrangeiras contra as porções coloniais lusas na América do Sul e a estratégia da presença, em sua concepção como ardil para a soberania brasileira.



Figura 1 – Fortificação portuguesa em área de fronteira – Forte Príncipe da Beira

Fonte: Coronel Annibal Barreto – Fortificações do Brasil – Biblioteca Franklin Dória – BIBLIEx

O Brasil tem, em seu período colonial, forte influência europeia. Conforme descreve Martins, em sua leitura da relação geopolítica entre Portugal e o Atlântico, Portugal conseguiu, durante séculos, fazer-se presente em sua área geográfica de interesse, aproveitando as riquezas de suas posses de forma soberana, mesmo diante das ameaças do forte oponente espanhol.

Durante quinhentos anos, com dimensão e importância variada, desde o primeiro império marítimo, o das Índias, no século XVI, passando pelo império colonial orientado para o Brasil, nos séculos XVII e XVIII, até ao império colonial orientado para África no século XIX, este espaço constituiu um genial aproveitamento das possibilidades que o Atlântico nos proporcionava, compensando-nos dos inconvenientes da nossa condição duplamente periférica em face do centro da Europa, e ajudando-nos a manter a nossa independência em face de uma Espanha sempre mais forte, sempre desejosa de completar o projeto que lhe deu origem e que é o de unificar toda a península sob um só poder político (Martins, 2002).

Disso, observa-se que a antiga metrópole dispunha de uma forma sistematizada de ma-



nutenção de territórios, que lhe permitiu o atingimento de seus objetivos de forma eficiente e, dentre esses, a salvaguarda e a exploração do espaço brasileiro, mediante o corte de pau-brasil para fins mercantis.

Dessa forma, “a saída escolhida pela Coroa portuguesa para eliminar o perigo da perda da

terra e do monopólio desse comércio foi lançar os fundamentos da colonização efetiva” (De Siqueira, 2011), o que implicava a ocupação das áreas de interesse e sua consequente transformação em recursos para o bem do Estado lusitano.

Fortificações na Fronteira Oeste	Ano	Rio
Santo Antônio de Gurupá (base de operações)	1626	Amazonas
São José da Barra do Rio Negro	1670	Negro
São Joaquim do Rio Branco	1719	Branco
Nossa Senhora da Conceição	1759	Guaporé
São Gabriel da Cachoeira	1762	Negro
São José de Marabitanas	1763	Negro
São Francisco Xavier de Tabatinga	1766	Solimões
São Francisco de Paula do Iguatemi	1767	Iguatemi
Coimbra	1775	Paraguai
Príncipe da Beira	1776	Guaporé

Tabela 1 – Cronologia de fortificações na fronteira Oeste
Fonte: Pereira, 2007

Dos escritos de Meira Mattos, denota-se o reavivamento do legado histórico dos empreendimentos realizados pelo império português para o desenvolvimento de uma estratégia militar terrestre focada na presença, que contribuiu como crisálida do pensamento de defesa para a Amazônia.

Analisando-se o resumo das cartas pomonalinas (...) extraímos a nítida estratégia geopolítica amazônica de Portugal, em meados do século XVIII: – ocupar, colocar nomes portugueses, os espaços amazônicos ao norte (capitania do Cabo Norte), noroeste e oeste (rios Negro, Branco e Solimões) e sudeste (rios Purus e Madeira) – (Mattos, 2011, p. 34).

Reforçando a tese da geoestratégia portuguesa como alicerce da lógica brasileira de ocupação da Amazônia pelo Estado brasileiro, o general Ajax Porto Pinheiro afirma que:

A visão estratégica lusitana, marcando os pontos extremos de penetração e bloqueando o acesso de estrangeiros nas principais e mais vulneráveis vias que adentravam o território nacional, estabeleceria o modelo de ocupação futuro do Exército Brasileiro na Amazônia (Pinheiro, 2010).

O professor Tássio Franchi também escreveu sobre a evolução do pensamento militar voltado para a Amazônia. Em sua tese de doutorado, afirma que:

No passado, a defesa militar desse vasto território era função das forças militares portuguesas e, depois, pelas forças militares imperiais que as sucederam. Atualmente, essa função está a cargo dos três segmentos das Forças Armadas brasileiras, Exército, Marinha e Aeronáutica, os quais exercem importante função no desenvolvimento da região (Franchi, 2013).

Os conhecimentos das práticas portuguesas na exploração de sua maior posse no Atlântico Sul serviram de premissas básicas, com a devida adequação à realidade dos dias atuais, para a evolução de uma geoestratégia voltada para a consecução de objetivos brasileiros no cenário internacional.

Quando os militares brasileiros pensam sobre a Amazônia, fazem-no condicionados por um repertório de experiências históricas das Forças Armadas na região. Essas experiências históricas, por sua vez, são pautadas pela cultura estratégica dos militares. Em suma, a cultura estratégica de um grupo social é moldada pela prática de seus membros bem como a prática dos membros de um grupo social é moldada pela cultura estratégica desse grupo (Marques, 2007).

Em vista disso, a forma como os militares brasileiros pensam a defesa amazônica está relacionada a uma “lógica importada” dos antigos colonizadores europeus.

(...) historicamente, a estratégia da presença é uma herança portuguesa conduzida pela necessidade de expansão e da manutenção do território nos séculos XVII, XVIII e XIX. A presença terrestre na fronteira teve um papel relevante no processo de consolidação dos limites do Estado nacional. As fortificações e as colônias militares tiveram a finalidade de vivificar esses espaços, com a presença dos militares e de colonos. Nesse momento, as ameaças eram da ordem geopolítica, vindas de interesses internacionais (Da Silva Rodrigues, 2020).

Ainda, corroborando com o que foi afirmado por Da Silva Rodrigues, tem-se que:

(...) a admiração dos militares brasileiros pelos feitos de Portugal na América não se limita à extensão de terras conquistadas pelos lusitanos. No cerne do ideário militar sobre a defesa da Amazônia, reside a crença de que a soberania brasileira sobre a região pode ser garantida somente através de sua colonização. Essa crença assenta-se na estratégia adotada pela Coroa Portuguesa, e, posteriormente, pelo Império para expandir e manter o território que hoje pertence ao Brasil (Marques, 2007).

Em outros autores, encontra-se:

Nos últimos decênios, o território conhece grandes mudanças em função de acréscimos técnicos que renovam a sua materialidade, como resultado e condição, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso (Santos e Silveira, 2017).

A divisão internacional do trabalho e as novíssimas tecnologias advindas da evolução das comunicações vêm impulsionando melhor ocupação dos espaços geográficos brasileiros, em especial, do amazônico.

Dante desse cenário, o Ministério da Defesa, conforme a Doutrina Militar de Defesa, concebeu a Estratégia da Presença, que se caracteriza

pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias (Brasil, 2007).

Dessa forma, o Estado brasileiro afirmou, perante a comunidade internacional, que a lógica da ocupação empregada pelos colonizadores continua sendo um fator exequível para a realidade brasileira, servindo como dissuasor de intenções exógenas de apropriação de recursos nacionais.

Infere-se, então, parcialmente, que a forma como o Estado brasileiro concebe a defesa da região mais ocidental da Amazônia, calcada na ocupação de espaços estratégicos, é oriunda da lógica de ocupação do colonizador português.

A ocupação da Amazônia Ocidental

Para que o planejamento de Estado seja eficiente, cabe a observação de casos de sucesso, notadamente aqueles trazidos do seu próprio passado histórico. Após as primeiras expedições ao longo da calha do rio Amazonas por Pedro Teixeira em 1637, outras expedições fluviais

foram colocando marcos da conquista portuguesa e alcançaram, nos seus limites extremos, os fortés de São Joaquim (Roraima), (...) Tabatinga (no Solimões), Príncipe da Beira (no Mamoré), balizando o contorno da nossa atual fronteira terrestre. (Meira Mattos, 2011, p. 15).

As comparações entre o modelo de colonização imposto ao Brasil e a maneira como se desenvolve a área geográfica em análise permitem a melhor compreensão da forma como os governos conduzem o aproveitamento do espaço nacional e motivam as arguições sobre a necessidade de uma geoestratégia voltada para o desenvolvimento do país.

O Estado brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970, visualizou, na possibilidade de equacionar a desigual distribuição populacional pelo espaço territorial brasileiro, o incentivo à migração interna.

Havendo excedentes populacionais em outras áreas do país, notadamente no Nordeste e no Sul, a colonização apresentou-se como saída política para a solução desse problema. Nesse sentido, deve-se registrar que o processo de ocupação exigia a execução de ações de desbravamento na Amazônia, processo esse que seria realizado pela construção de rodovias, sendo as mais importantes a Transamazônica e a Perimetral Norte (Matias-Pereira, 1997).

Atualmente,

‘a nova conquista’ ou a ‘conquista moderna’ da Amazônia e do Centro-Oeste, a partir da década de 1960, incentivada pelo governo brasileiro, levou muitas empresas agropecuárias e mineradoras a se instalar nas grandes regiões Norte e Centro-Oeste (...) – (Adas e Adas, 1998, p. 41).

Os mais relevantes documentos de defesa do Brasil relacionam o poder militar às condicionantes da base física do território nacional.

A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o país (Brasil, 2020a).

Outrossim, a Força Terrestre, no Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (PEEx 2020-2023), em seu Objetivo Estratégico do Exército nº 1, dentro da rearticulação e reorganização na área estratégica da Amazônia, prevê a implantação de uma brigada de infantaria de selva em Macapá/AP, consubstanciando a preocupação do Exército em “estar presente” na Amazônia Ocidental.



Figura 2 – Fortificação portuguesa em área de fronteira – Fortaleza de São José de Macapá¹
Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Amapá

Para que o impulso desenvolvimentista tivesse o mínimo de sucesso na região da Amazônia Ocidental, o Estado também lançou mão de seu braço militar para promover a catalisação do progresso econômico regional. O Exército Brasileiro e, notadamente, a arma de engenharia foram pioneiros no trabalho de integração da porção amazônica às demais regiões do país.

Com o passar dos tempos, inúmeras ações foram realizadas pelo Exército para a evolução do dispositivo militar na Amazônia, caracterizando a ocupação permanente da área. Outro fator a ser destacado e que bem caracteriza a ocupação permanente do Exército nessa área é o papel desempenhado pela engenharia militar. Com uma larga folha de serviços prestados ao desenvolvimento socioeconômico da região, o 2º Grupamento de Engenharia de Construção dá continuidade à tradição dos desbravadores da Amazônia, procurando integrar, cada vez mais, a vasta região ao restante do país (Simões e Rocha, 2010, p. 42).

O trabalho dos batalhões de engenharia de construção situados na área do Comando Militar da Amazônia tem como responsável pela centralização das capacidades técnicas o 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E). Ten-

do sido “criado pelo Decreto 66.976, de 28 de julho de 1970, o 2º Gpt E instalou-se, em Manaus, no dia 14 de setembro do mesmo ano”. Seus meios atuaram na abertura dos primeiros eixos rodoviários e permitiram a infiltração dos meios de produção no ambiente amazônico. Sua área de responsabilidade compreende os Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Pará. A instalação de bases militares, além das já citadas, como pelotões especiais de fronteiras e demais organizações militares das três Forças, reforça a ideia da estratégia da presença, idealizada pelas Forças Armadas brasileiras.

No início do século XX, com a instituição da colonização militar no país, iniciou-se a demarcação da linha de fronteira ocidental do Brasil. As colônias militares eram estabelecimentos compostos por contingentes militares e colonos civis, destinados a proteger a fronteira e a promover o povoamento da área. Cabe salientar, ainda, que as estreitas ligações do Exército com a Amazônia ficaram definitivamente consolidadas por meio da obra do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, incumbido, na primeira década do século passado, de construir linhas telegráficas ligando o Centro-Oeste à região amazônica, permitindo sua integração ao restante do país (Simões e Rocha, 2010, p. 42).

Além disso, modernamente, o Exército Brasileiro, no Plano Estratégico 2020-2023 (PEEx 2020), faz menção a ações estratégicas que envolvem a área da Amazônia Ocidental. O Objetivo Estratégico do Exército nº 1 fala da contribuição com a dissuasão extrarregional, apresentando, como uma ação estratégica a ser tomada, a rearticulação e reestruturação da Força Terrestre na *área estratégica da Amazônia*.

O desenvolvimento do pensamento geoestratégico militar favorece a política de defesa por promover soluções para o implemento das determinações dos grupos dirigentes da nação e, por conseguinte, atendendo aos anseios da população, como melhores condições de vida, por intermédio de seus representantes.

O aparelho militar não é isolado do sistema político. Ao contrário, a aludida autonomia autárquica manifesta-se em pleno vigor na capacidade demonstrada pelo aparelho militar com relação ao processo político, em especial no tocante à dominação política na sociedade brasileira. Devemos tomar o conceito de dominação política como a capacidade de um grupo social para organizar ou para influenciar o exercício do poder estatal (...) a dominação política não pode dissociar-se da função intelectual, que, ao longo da história da sociedade brasileira, tem sido desempenhada largamente pelo grupo social formado pelos oficiais militares (...) Se considerarmos que o Estado produz políticas de cuja formulação os militares são chamados a participar (Oliveira *apud* Marques, 2007, p. 23).

A questão da defesa da Amazônia está consante com os documentos de mais alto nível da defesa nacional. A Política Nacional de Defesa estabelece que:

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento nacional (Brasil, 2020a).

A Estratégia Nacional de Defesa, ainda, também adverte para a necessidade de “Incremento da presença do Estado em todas as regiões do país” (Brasil, 2020b).

Depreende-se disso que a necessidade de “compromisso do poder público no sentido de se fazer presente, inclusive nas áreas menos favorecidas do país, para atender às necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional” (Brasil, 2020b), ao valorizar uma estratégia calcada na presença como fator de dissuasão, promove a soberania nacional.

Com isso, conclui-se, parcialmente, que a preocupação em preservar os interesses pátrios sobre o espaço físico norte evoluiu, ao longo de gerações, e impregnou-se na consciência militar,

o papel político e a autonomia relativa das Forças Armadas mudaram qualitativamente; deixaram de ser uma ‘burocracia em armas’ para passarem a ser os ‘planificadores e gestores armados’ de um projeto científico-tecnológico nacional (Becker, 2006, p. 125).

Justificativas geopolíticas para uma estratégia baseada na presença para a manutenção da soberania brasileira na Amazônia Ocidental

Região com pouca consistência social, “despovoada e inexplorada” (Kelly, 1982, p. 36), a porção mais ocidental da Amazônia Legal, em relação ao litoral brasileiro, carece das infraestruturas que viabilizem a logística empreendedora, que precedem o desenvolvimento econômico e social.

Se vencidos os desafios do desenvolvimento e da ocupação, a Amazônia, todavia, poderá se tornar o centro pulsante do desenvolvimento nacional, com potencial para elevar o Brasil ao nível de potência de primeira grandeza. A escola possibilista de geopolítica, representada por Vidal de La Blache, “ancorava-se na ideia de que a geografia possibilita soluções favoráveis ao destino dos povos” (Mattos, 2011, p. 86).

Ainda, segundo o professor Roberto Machado de Oliveira Mafra, geoestratégia é a arte de preparar e de aplicar o poder, para a conquista e a manutenção dos objetivos estabelecidos ou fixados pela política quando em decorrência das condições geográficas (Mafra, 2006, p. 26). Nisso se encaixa a contribuição da geestratégia da defesa, que, valendo-se do intelecto militar, pode apresentar ao poder político planejamentos que favoreçam o desenvolvimento nacional e a soberania.

A respeito das nações com grandes proporções, como o Brasil, Ratzel (1897 *apud* Moraes, 1990) destaca que o território de um Estado pode crescer gradativamente até alcançar a amplitude de impérios mundiais. Isso se dá em face das demandas econômicas para a manutenção de seu povo em uma dada base

geográfica. Não se pensa, neste trabalho, na ampliação das fronteiras, e sim no desenvolvimento, no crescimento de sua importância, especialmente em relação à Amazônia Ocidental, para atingir os anseios de desenvolvimento do povo brasileiro.

Segundo o cenário projetado pelo professor Ray S. Cline (Estados Unidos da América – 1919/1996), em sua *Teoria do Poder Perceptível*, os países mais importantes do mundo em “poder relativo”, são a resultante de características nacionais específicas. Ele chega à conclusão de que

esse poder relativo é produto da extensão geográfica (território), do crescimento populacional, dos recursos e da indústria nacional, da organização militar, da estratégia e da vontade nacionais (Mafra, 2006, p. 147).

Essa vontade nacional pode estar consubstanciada em um planejamento bem elaborado de defesa do território, baseado nas singularidades dos espaços físicos nacionais e na mobilização dos meios do Estado.

A proteção firmada exclusivamente na sensação de segurança oferecida pelas características defensivas ou inóspitas de um determinado território não é determinante para a coação de invasores. Segundo o erudito da Universidade de Chicago, William McNeil:

Índia, China e a Grécia localizam-se nas bordas do mundo antigo civilizado, protegidas por montanhas, desertos e a própria distância – uma proteção, naturalmente, parcial, pois, como sabemos, a Grécia foi devastada pela Pérsia, a China pelos mongóis e povos turcomanos das estepes, e a Índia, por uma inundação de invasores muçulmanos (Mc Neil, *apud* Kaplan, 2013 p. 260).

Nicholas J. Spykman, geopolítico graduado na Universidade da Califórnia,

instilava em seus alunos uma profunda consciência da geografia como a principal maneira de avaliar os perigos e as oportunidades encontrados por seu país de adoção no mundo (Kaplan, 2013, p. 91).

A estratégia em função da geografia pode ser explorada pelo intelecto militar de tal forma que o produto do planejamento possa colaborar com o desenvolvimento do país e do poder dissuasório.

Na atualidade, assinalando a importância geopolítica da Amazônia para o Brasil, o poder dissuasório do país vocacionado para a Amazônia Ocidental centra-se no Comando Militar da Amazônia (CMA).

Após a criação do Comando Militar do Norte, o CMA pôde voltar sua capacidade operativa exclusivamente para a porção amazônica mais a oeste do território. Suas brigadas permitem a defesa do território e contribuem para o povoamento e desenvolvimento local em virtude do “arrasto logístico” que mobiliza, em pessoal e material, para a sustentabilidade de seus meios.

O Comando Militar da Amazônia teve uma redução da sua área de responsabilidade, ficando com compromisso de atuar exclusivamente no território compreendido pelos Estados do Acre, Amazônia, Rondônia e Roraima, ou seja, a Amazônia Ocidental (Torres, 2020).

Conclui-se, parcialmente, das teorias clássicas da geopolítica, que o fator ocupação está intimamente ligado ao fator defesa. O Estado brasileiro vem, historicamente, envidando esforços para equacionar a questão da ocupação dos espaços de forma sustentável, proporcionando as condicionantes para o desenvolvimento local.

Conclusão

A Amazônia Ocidental é uma porção do território nacional que apresenta contraste entre as possibilidades de recursos disponíveis e

a baixa densidade demográfica. Essas particularidades vêm, ao longo dos anos, aguçando o interesse do pensamento geopolítico brasileiro.

Em síntese, pouca ocupação dos espaços motiva questionamentos quanto à necessidade de maiores estudos nos campos da defesa, que viabilizem a atividade produtiva com fins de colaborar com o desenvolvimento nacional e assegurar, contra qualquer ente estrangeiro, questionamentos relativos à soberania da Amazônia brasileira.

Verificou-se que, das diversas escolas geopolíticas, ao longo dos anos, vem-se produzindo conhecimentos que servem de subsídios para as forças militares brasileiras calcarem suas estratégias, no mais alto nível, valorizando a presença na região, seguindo os exemplos do colonizador português de manutenção da posse do solo.

Justifica-se que o pensamento geoestratégico brasileiro avance em pesquisas concernentes à produção de trabalhos voltados para a defesa do território com foco na *estratégia da presença*. A despeito da imensidão das fronteiras que abrangem as densas selvas amazônicas, a elevada pluviosidade, as variações de temperaturas, que são dificuldades impostas pela geografia, elas, por si sós, não garantem soberania.

Por conseguinte, sinalizando modos sustentáveis de ocupação dos espaços afiançados pelo poder militar e valorizando o legado das forças da Coroa Portuguesa, a sistematização de conhecimentos voltados para o uso das possibilidades estratégicas da Amazônia Ocidental, com foco no desenvolvimento e na ocupação, dentro dos limites da soberania do país, é condicionante essencial para a presença brasileira sustentável na Amazônia Ocidental, imperiosa para um salto na condição político-econômica nacional ao *status* das principais potências mundiais.

Referências

ABNT NBR 6023:2018. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. 2018.

ABNT NBR 10520:2002. **Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação.** 2002.

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Panorama geográfico do Brasil:** contradições, impasses e desafios socioespaciais. Melhem Adas; Sérgio Adas (colaborador); comunicação cartográfica Marcello Martinelli. 3. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

AMAZÔNIA OCIDENTAL. **Suframa, 2017.** Disponível em: <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/amazonia-ocidental>>. Acesso em: 20 jun 2023.

BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil:** Resumo Histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. **Brasil, uma nova potência regional na Economia-Mundo.** Bertrand Brasil, 1993.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa.** 2. ed. Brasília, 2007.

BRASIL. 2º Grupamento de Engenharia. **Histórico do 2º Grupamento de Engenharia.** Disponível em: <https://www.2gpte.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=260>. Acesso em: 19 set 2022.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa.** Ministério da Defesa: Brasília, 2020b.

BRASIL. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023.** Brasília, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa.** Ministério da Defesa: Brasília, 2020a.

DA SILVA RODRIGUES, Fernando. **A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Artigos Estratégicos, v. 8, n. 1, p. 55-70, 2020.

DE SIQUEIRA, Maria Isabel. Considerações sobre ordem em colônias: as legislações na exploração do pau-brasil. CLIO: **Revista de Pesquisa Histórica**, v. 29, n. 1, 2011.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical:** o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAPLAN, Robert D. **A vingança da Geografia:** a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Tradução Cristiana de Assis Serra. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KELLY, Philip L. **O Pensamento Geopolítico do General Meira Mattos.** A Defesa Nacional, v. 69, n. 704, 1982.

KELLY, Philip. **Checkerboards and shatterbelts**: the geopolitics of South America. University of Texas Press, 2010.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica**: introdução ao estudo. São Paulo: Sicurezza, 2006

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira; ABREU, Carlos Athaydes de Lima. **Introdução à Geopolítica**. A Defesa Nacional, v. 64, n. 674, 1977.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia**: pensamento e presença militar. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.

MARTINS, Raúl François. **Acerca de uma Leitura Geopolítica das Relações entre Portugal e o Atlântico**. Nação e Defesa, 2002.

MARTINS, Raúl François. **Geopolítica e Geoestratégia**: o que são e para que servem. Nação e Defesa, 1996.

MATIAS-PEREIRA, José. **O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia**: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção Mundial do Brasil**. In: Geopolítica. v. 1. Rio de Janeiro: Bibliex/FGV, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e Destino**. In: Geopolítica. v. 2. Rio de Janeiro: Bibliex/FGV, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. In: Geopolítica. v. 4. Rio de Janeiro: Bibliex/FGV, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes**: Sugestões para uma Estratégia Militar Brasileira. In: Geopolítica. v. 5. Rio de Janeiro: Bibliex/FGV, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: **o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

OS ESTADOS da Amazônia Ocidental. Disponível em: <<http://amazonia-ocidental.blogspot.com/2010/03/os-estados-da-amazonia-ocidental.html>>. Acesso em: 19 set 2022.

PINHEIRO, Ajax Porto. Proposta para criação de um sistema de embarcações na Amazônia. **Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares**, n. 21, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Editora Record, 2017.

SIMÕES, João Carlos Magi; ROCHA, Willian. **Responsabilidade Social**: Exército Brasileiro nas Ações Cívico-Sociais na Região Amazônica. Monografia de especialização em Gestão Pública. Universidade Cândido Mendes, 2010.

TORRES, Alexandre de Lima. **A contribuição do Exército Brasileiro para a defesa e desenvolvimento da Amazônia Ocidental**. 2020.

Notas

¹ Disponível em: <<https://www.apama.gov.br/noticia/1403/aniversario-da-fortaleza-de-sao-jose-de-macapa-tera-apresentacoes-artisticas-e-culturais>>. Acesso em: 6 jul 2023.